

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.617 - RJ (2019/0131708-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
**ADVOGADOS** : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852  
LEONARDO FERREIRA LÖFFLER - RJ148445  
GABRIEL NUNES RODRIGUES PITTA - RJ130994  
FABIO LESSA BASTOS - RJ137989  
**AGRAVANTE** : RENATO DA SILVA SOARES  
**ADVOGADO** : RENATO DA SILVA SOARES (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ149327  
**AGRAVADO** : OS MESMOS

**DECISÃO**

RENATO DA SILVA SOARES e COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE interpuseram agravos desafiando as decisões que não admitiram os respectivos recursos especiais, estes manejados contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fls. 158/159):

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO DE REJEIÇÃO À IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO. INSURGÊNCIA DO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE. COMO DE SABENÇA COMUM, O MAGISTRADO POR NÃO POSSUIR TODOS OS CONHECIMENTOS HUMANOS, POR VEZES SE SOCORRE DE AUXILIARES DA JUSTIÇA PARA PODER SE DESINCUMBIR DO DEVER DE JULGAR, SENDO CERTO NO CASO CONCRETO POR ENVOLVER DISSENSO SOBRE O CORRETO VALOR DEVIDO, O FEITO FOI REMETIDO AO CONTADOR JUDICIAL QUE ELABOROU OS CÁLCULOS, HOMOLOGADOS PELO JUÍZO A QUO. NENHUMA IRREGULARIDADE NA DECISÃO. CONTADOR JUDICIAL QUE NÃO TEM INTERESSE NO LITÍGIO. IMPUGNAÇÃO INFUNDADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO."*

Da análise dos autos, verifica-se que a discussão envolve homologação de cálculos no cumprimento de sentença oriundo de ação em que se questionava o método de faturamento praticado (multiplicação da tarifa mínima pelo número de economias existentes no imóvel.)

Nos termos do art. 9º, *caput*, do RISTJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas do Superior Tribunal de Justiça é fixada em função da natureza da

relação jurídica litigiosa.

No caso, considerando a natureza da relação jurídica litigiosa entendo que a questão entrelaça-se com matéria de competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção, conforme orientação do art. 9º, § 1º, inciso X, do Regimento Interno do STJ.

A propósito, confirmam-se os seguinte julgados das Turmas integrantes da Primeira Seção do STJ, em que foi apreciado casos semelhantes:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. TARIFAS MÍNIMA E PROGRESSIVA. CRITÉRIOS DISTINTOS. INTERPRETAÇÃO DO JULGADO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/73. RAZÕES DO AGRAVO QUE NÃO IMPUGNAM, ESPECIFICAMENTE, A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ.*

*CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.*

*I. Agravo interno interposto em 01/09/2017, contra decisão monocrática, publicada em 15/08/2017.*

*II. Na origem, trata-se de Agravo de Instrumento, interposto pela parte agravante contra decisão do Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, que, em Cumprimento de Sentença, rejeitou a impugnação ofertada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE. O Tribunal de origem negou provimento ao Agravo de Instrumento.*

*III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnaram, especificamente, os fundamentos da decisão agravada - mormente quanto à ausência de afronta aos arts. 458 e 535 do CPC/73 -, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.*

*IV. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo - no sentido de que não restou determinado, na sentença, que o critério para a cobrança da tarifa seria o que ora pretende a agravante - não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.*

*V. Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 997.543/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018)*

*PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. COBRANÇA DE TARIFA PROGRESSIVA. ART. 535, II DO CPC.*

*INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. O Tribunal a quo manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação, tendo decido, entretanto, contrariamente aos interesses do Recorrente que buscou, com os Declaratórios, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da inocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, não se verifica qualquer ofensa ao art. 535 do CPC.*

*2. Tendo o Tribunal de origem, diante das circunstâncias fáticas dos autos, concluído que os cálculos foram feitos em total observância ao julgado, é inviável o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre, porquanto demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, medida vedada em sede de Recurso Especial.*

*3. Agravo Regimental da COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE desprovido.*

*(AgRg no AREsp 803.791/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 26/10/2016)*

Nessas condições, **determino** a redistribuição do presente feito a um dos eminentes Ministros integrantes da Primeira Seção do STJ, conforme o art. 9º, § 1º, VIII, do RISTJ.

Cumpra-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator